

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA**  
**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS-CESP**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

**Narrativas, conflitos e debates sobre a implantação da mineradora ALCOA em Juruti/PA**

**Maiara Andrade Paes<sup>1</sup>**  
**Mônica Xavier de Medeiros<sup>2</sup>**

**RESUMO:**

Este artigo analisa o processo de implantação da empresa de mineração ALCOA no município de Juruti/PA. O recorte temporal da pesquisa está delimitado entre os anos de 1980 à 2015. Dialogamos com pesquisadores como Luca (2008), Figueiredo (1997), Bittencourt (2014) entre outros. Utilizamos como fontes jornais disponibilizados em arquivos digitais e, também, narrativas orais. Os arquivos digitais pesquisados foram a Hemeroteca Digital Brasileira, na qual se fez uso dos periódicos Jornal Do Comercio-AM e Jornal do Comercio-RJ; assim como o Acervo Documental Dom Tomás Balduino, criado pela Comissão Pastoral de Terra-CPT. Evidenciou-se nos periódicos que desde a década de 1980, empresas de mineração já estavam estudando as jazidas de bauxita da região do Baixo Amazonas paraense. Na imprensa, noticiavam-se os bilionários investimentos da empresa norte-americana. O cotejamento entre a imprensa e a fonte oral permitiu-nos perceber as contradições entre aquilo que foi propagandeado enquanto “benefício” para a região e o impacto que a mineração gerou tanto em comunidades rurais como na área urbana de Juruti.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos Digitais; Imprensa; ALCOA; Impactos Socioambientais; Juruti.

---

<sup>1</sup> Maiara Andrade Paes. Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Graduada do curso de Licenciatura em História. E-mail: [maiara.andradepaes@gmail.com](mailto:maiara.andradepaes@gmail.com)

<sup>2</sup> Mônica Xavier de Medeiros. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Email: [mxmedeiros@uea.edu.br](mailto:mxmedeiros@uea.edu.br)

## INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o impacto socioambiental que a implantação da mineradora ALCOA (*Aluminum Company of America*) trouxe à região do Baixo Amazonas paraense especificamente no município de Juruti e o distrito de Juruti Velho, onde fica o lago Grande de Juruti, próximo onde a empresa ALCOA realiza as suas atividades de mineração. O recorte temporal da pesquisa compreende os anos de 1985 e 2015.

A minha relação com o tema se iniciou através do Programa de Iniciação Científica/PAIC do Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA. Participei de três edições do PAIC, sendo as pesquisas intituladas: “A implantação da empresa de exploração de bauxita ALCOA e os impactos socioambientais no contexto de vida de mulheres trabalhadoras rurais em Juruti Velho” (2019-2020)<sup>3</sup>, “Memórias e lutas de trabalhadoras rurais em Juruti Velho”<sup>4</sup> (2020-2021) e “Os impactos socioambientais decorrentes da mineração da ALCOA em Juruti/PA através dos arquivos digitais”<sup>5</sup> (2021-2022).

Para o Trabalho de Conclusão de Curso/TCC, proponho cruzar os dados e resultados obtidos nas pesquisas do PAIC e assim compreender os impactos socioeconômicos causados pela empresa ALCOA a partir tanto da visão da imprensa quanto das moradoras locais, em debate com o referencial teórico.

Como pesquisadoras e pesquisadores estamos nos reinventando e nos adaptando as condições as quais estamos submetidos, com a crise sanitária do COVID-19 não foi diferente, tivemos que adaptar a pesquisa e pensar em outros métodos para chegar aos resultados esperados e isso ocorreu quando, na terceira edição do PAIC, resolvemos pesquisar nos arquivos digitais. Existe, hoje, um leque de possibilidades para acessar a memória e o passado, com a ampliação da concepção de fonte histórica. Para Lucien Febvre a fonte é “tudo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a

---

<sup>3</sup> Esta pesquisa analisou como as atividades de mineração da empresa ALCOA impactaram o modo de vida das populações tradicionais da região do Lago Grande do Juruti Velho/PA através das narrativas orais de mulheres moradoras/trabalhadoras neste território.

<sup>4</sup> Esta pesquisa teve o objetivo de perceber os impactos socioambientais de atividades como pesca comercial, extração de madeira e pecuária nas comunidades do Lago Grande do Juruti no estado do Pará através das memórias de trabalhadoras rurais idosas com mais de 60 anos.

<sup>5</sup> Esta pesquisa ainda está em desenvolvimento e analisa os impactos que a mineração trouxe para o município de Juruti/PA através da imprensa disponibilizada em arquivos digitais como da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e do Acervo Dom Tomás Balduino da CPT.

presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (FEBVRE apud ALMEIDA, 2011, p. 10), e Almeida complementa dizendo que:

Para os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a Internet significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Assim que a experiência da informática foi aplicada à pesquisa histórica, somos capazes de viajar, por exemplo, até a Biblioteca Nacional que fica localizada no Rio de Janeiro, sem sair do lugar. Então, como poderíamos pesquisar sobre a vida das comunidades de Juruti Velho, no Pará, através da internet?

Os meios de recuperação e cruzamento são múltiplos, podendo-se de modo imediato dispor das referências a documentos recolhidos por data, tipologia documental, assunto, signatário, capítulo ou parte do texto que se vai utilizar [...] Ainda mais quando se pode transpor diretamente dos arquivos e bibliotecas as fichas com referência documental e bibliográfica para uso da pesquisa (FIGUEIREDO, 1997, p. 599).

As criações de plataformas digitais “nas instituições de memória apontam para um futuro diferente nas pesquisas em arquivos. Isso se refere sobretudo às novas formas de armazenamento do material dos acervos” (FIGUEIREDO, 1997, p. 603). Visto isso, é inquestionável que a internet se configura como suporte de fontes documentais para pesquisas históricas. E com esse propósito, através do computador e do acesso à internet, encontramos em arquivos e mídias digitais uma nova visão sobre a implantação de projetos de desenvolvimento para exploração econômica da região amazônica que impacta direta e indiretamente comunidades tradicionais, como em Juruti/PA.

As plataformas escolhidas para pesquisa foram: a Hemeroteca Digital Brasileira, criada pela instituição da Biblioteca Nacional e o Acervo Documental Dom Tomás Balduino, criado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Essas plataformas têm como objetivo disponibilizar diversos documentos digitalizados como jornais, revistas entre outros.

Dentre esses arquivos digitais, há documentos que registram os conflitos no campo, através da Comissão Pastoral da Terra — CPT, que foi criada a serviço das causas dos trabalhadores do campo para denunciar a violência por eles sofrida. O setor de documentação que organiza as informações sobre as violações aos direitos humanos no campo, leva o nome de Centro de Documentação Dom Tomás Balduino — CEDOC, neste foi possível encontrar documentos de conflitos no campo no Estado do Pará, e mais especificamente no município de

Juruti. Os resultados obtidos foram nos anos de 2006, 2007, 2009, 2012, e 2015, denominados como “Conflito Assentamento Agroextrativista Juruti Velho e Socó/ALCOA”.

Ademais, com o acréscimo de novas fontes, o recorte temporal também foi ampliado para os anos de 1980 a 2015. Outra ferramenta utilizada foi a Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, encontramos ocorrências sobre Juruti nos períodos de 2000 a 2009. Os periódicos pesquisados foram: *Jornal Do Commercio — AM* e *Jornal do Commercio – RJ*.

Essas instituições de memória citadas, para Figueiredo (1997), estão produzindo acervos por meios informatizados com acesso à documentação textual e iconográfica digitalizando as imagens, assim sendo, disponibilizando informações não só para pesquisadores, mas também para profissionais da educação e para o público em geral. Esses arquivos digitais são resultado de um processo de preservação de documentos manuscritos, podendo ser classificadas de primárias ou secundárias.

O segundo tipo de fontes digitais diz respeito àquelas que fornecem documentos primários. Estes, por sua vez, podem ser classificados em dois tipos básicos: os “documentos primários digitais exclusivos” e os “documentos primários digitalizados”. Os documentos digitalizados são aqueles resultantes do trabalho de digitalização da documentação “tradicional” já existente (ALMEIDA, 2011, p. 19).

Segundo Tânia Regina de Luca, o uso dos periódicos na produção do saber histórico “implica acompanhar, ainda que de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina” (2008, p. 112). A pesquisa anterior em utilizamos a fonte oral para analisar os impactos da empresa ALCOA segundo a perspectiva das moradoras das comunidades tradicionais de Juruti Velho instigou-nos na geração da problemática desta pesquisa, ou seja, perguntamo-nos: qual foi o papel da imprensa na divulgação dos interesses econômicos da nova política de programas “desenvolvimentistas” do governo brasileiro? Ela foi usada como “instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO, 1980, p. 19 apud TOLEDO; SKALINSKI, 2012)?

Para Tania de Luca, consagra-se a ideia de que o jornal cumpre a função de informar quem está lendo sobre o que se passou, respeitando a “verdade dos fatos”. Com isso, ela atenta para a leitura crítica do percurso de um jornal-empresa e os limites do seu grau efetivo de mercantilização diante de seu caráter político, socioeconômico e cultural (LUCA, 2008, p. 138).

Outrossim, é de suma importância entendermos a identidade política e quem são as “comunidades tradicionais” mencionadas no artigo. Inspirando-nos em Thompson (1998),

consideramos que comunidades rurais se referem a pessoas com modos de vida próprios e diversificadas socialmente. A cultura popular resiste pela manutenção de seus costumes tradicionais em meio às novas conjunturas políticas, econômicas e sociais. Isso reforça a luta pela legitimação dos seus costumes tradicionais para que estes sejam passados para geração futura, em resistência às modificações impostas pelo capitalismo.

Temos assim um paradoxo característico daquele século: uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde. A cultura conservadora da plebe quase resiste, em nome do costume, à racionalização e inovações da economia (...) que os governadores, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos costumeiros (THOMPSON 1998, p. 19).

Os estudos de Thompson sobre o que é costume e tradição nos ajuda a pensar nosso tema da pesquisa e estabelecer comparações. A empresa de mineração ALCOA é a imposição do capitalismo e do mercado, que tenta recriar as necessidades humanas e usa o Estado para legitimar sua exploração na Amazônia. Isso vai de encontro com os povos que dela dependem, vivem nela, e expressam suas tradições através de suas culturas, práticas e saberes. Atualmente, essas comunidades tradicionais, em Juruti Velho, seguem resistindo para manter seus costumes, seja o extrativismo, a caça, pastoreio, a produção da farinha de mandioca que as atividades de mineração tolhem ao impactar seus direitos territoriais e ambientais, causando conflitos sociais (PAES; MEDEIROS, 2021, p. 315).

Pollack (1992, p. 208) ao sublinhar o problema da subjetividade e das fontes nos diz que, até a mais subjetiva delas como a história de vida individual, por exemplo, pode sofrer crítica por cruzamento de informações obtidas a partir de fontes diferentes. Portanto, trataremos também História Oral, ou seja, a narrativa e a memória de quem vivenciou em seu cotidiano a inserção da empresa ALCOA.

Para que busquemos a história oral? Alessandro Portelli (2010 p.3) aborda que não deve ser somente porque quem entrevistamos tem a informação que buscamos e necessitamos. Mas também, deve ser pela relação entre a oralidade e democracia, visto que os meios de comunicação excluem uma parte da humanidade. E quem são os excluídos? Pessoas que não sabem ler e nem escrever, mas a oralidade é a sua forma de expressão e comunicação. Então, quando se busca a fonte oral, é para nos comunicar com esses excluídos e marginalizados na mídia e no discurso público.

Visto isso, faremos um cruzamento do que foi noticiado na imprensa com a narrativa da Cenira de Souza Camarão<sup>6</sup>, 63 anos, trabalhadora rural aposentada, sócia da Associação dos moradores da Região de Juruti Velho – ACORJUVE, moradora da comunidade Prudente que fica próxima a sede de mineradora ALCOA. O que para Pollack (1992), vai ser uma mediação entre memória hegemônica e a memória subterrânea.

O artigo está dividido em três partes, a princípio com o título “A Amazônia como palco de conflitos” contextualizamos os discursos e políticas em que Amazônia está inserida para que possamos compreender como a ALCOA se implantou em Juruti/PA. Após, temos o tópico “A implantação da mineradora Alcoa através do olhar da imprensa” no qual adentramos na análise das nossas fontes de arquivos digitais como o Jornal do Commercio do Amazonas e do Rio de Janeiro, através deles vamos entender a visão da imprensa sobre a implantação da mineradora. E por último, “Os impactos socioambientais da Alcoa através do arquivo digital da CPT”.

## **I. A AMAZÔNIA COMO PALCO DE CONFLITOS**

A Amazônia brasileira está em constante debate no mundo, seja por sua diversidade em fauna e flora, como também por suas riquezas naturais e minerais. Então, ao mesmo tempo em que ela está inserida em um discurso de luta para preservação da vida humana na Terra, ela também está inserida no discurso da “salvação” econômica, “desenvolvimento” e “progresso”. E este peso da responsabilidade recai unicamente para um lado, dos brasileiros.

Para compreendermos tais contradições que ocorrem nesses debates, Lima, Scherer e Ribeiro (2015) trazem uma reflexão em cima da obra “Amazônia: a guerra na floresta” de Samuel Benchimol, que participou da Conferência de Estocolmo<sup>7</sup> de 1972, é considerado um dos mais importantes pensadores sobre as questões socioambientais que envolvem a Amazônia. Samuel Benchimol acredita que ideias pensadas e interpretadas separadamente podem desenvolver uma política xenófobo-nacionalista e criar uma sociedade injusta e desigual. Foram construídas no decorrer do tempo e espaço concepções hegemônicas sobre a Amazônia, como por exemplo, que nela habitam povos de vida atrasada e longe da civilização, em uma floresta intocada que precisa ser explorada.

Como exemplo dos debates acerca do “futuro” da Amazônia temos a ECO-92: Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro,

---

<sup>6</sup> Entrevista realizada através do programa da Iniciação Científica 2019-2020, dia 19 de janeiro do ano de 2020.

<sup>7</sup> A Conferência de Estocolmo realizada entre 5 e 16 de junho de 1972 foi a primeira conferência organizada pela ONU que discutiu o meio ambiente.

esse evento foi uma marco para Benchimol pois ele evidencia que a partir da *agenda 21*<sup>8</sup> concretizou-se o conflito entre os países do Norte e os países do Sul, respectivamente, esse fenômeno social ele chamou de “borealismo ecológico”, em outras palavras, a visão hegemônica que os países do norte têm à respeito dos países do sul, neste caso o Brasil (LIMA; SCHERER; RIBEIRO, 2015, p. 166).

As lideranças do primeiro mundo desejam transferir aos países pobres, que possuem florestas primitivas, a incumbência de preservar seus grandes ecossistemas para manter a saúde global do planeta, ou seja, a responsabilidade passa para os países tropicais a necessidade de preservar seus grandes ecossistemas (BENCHIMOL, 2011, p. 254 apud LIMA; SCHERER; RIBEIRO, 2015, p. 166).

Para os países centrais do capitalismo, ao mesmo tempo em que os países periféricos possuem em seus territórios uma floresta rica em biodiversidade como a Amazônia, cabe a eles preservarem para o bem comum da humanidade. Mas sabemos que os países do Norte são os principais responsáveis pela degradação e poluição do meio-ambiente, e são deles que partem a expansão do capital e da industrialização “o que deveria ser uma tarefa comum a todos passou a ser um ônus que os países boreais desejam transferir aos povos tropicais” (BENCHIMOL, 2011, p. 254 apud LIMA; SCHERER; RIBEIRO, 2015, p. 167).

Com isso, a responsabilidade de construir políticas de preservação e de desenvolvimento sustentável recai para os países pobres planejarem e executarem, sendo que deveriam ser um planejamento pensado coletivamente, isso faz com que as chances de transcorrerem falhas sejam maiores. Para Gerd Kohlhepp (2002, p. 53) os países industrializados consideraram por muito tempo regiões de florestas tropicais apenas reservas possuidoras de matéria-prima e não se passava disso.

São dos países ricos, os boreais, e os industrializados que surgem empresas multinacionais, como a ALCOA. Ela surgiu em Pitsburgo, na cidade da Pensilvânia, Estados Unidos em 1888, mas antes de receber o nome de *Aluminum Company of America* era chamada de *Pittsburgh Reduction Company*. Atuando nas áreas de automobilística, aeronáutica e em outros ramos, foi ganhando espaços no mercado mundial com a produção do alumínio e se

---

<sup>8</sup> “A **Agenda 21** é um documento assinado em 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, por 179 países, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, podendo ser definida como um instrumento de planejamento participativo visando o desenvolvimento sustentável”, isto é, um diálogo entre países Norte-Sul. Disponível em: <<http://www.conexaoambiental.pr.gov.br>>

expandindo para diversos países<sup>9</sup>. Ela chegou no Brasil no ano de 1965 com as atividades de extração de minério, atuando em Poços de Caldas (MG), São Luís (MA) e Juruti (PA), escritórios em São Paulo (SP), e Brasília (DF), além de participação acionária na Mineração Rio do Norte (MRN) e em usinas hidrelétricas: Machadinho, Barra Grande, Serra do Facão<sup>10</sup>.

Ademais, precisamos perpassar pelas políticas adotadas no Brasil que possibilitaram a chegada da empresa ALCOA em Juruti Velho, no Pará. Segundo Kohlhepp (2002, p. 37-38), em 1966, foi iniciada uma nova política de programas de desenvolvimento do governo brasileiro em que o principal objetivo era explorar economicamente a Amazônia. Foi criado o órgão da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA que ficou responsável pelo planejamento regional, mas que foi substituída por outro órgão, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM que tinham como objetivo implementar uma economia pensada pelo governo militar visando o crescimento econômico por meio da exploração da Amazônia. O estímulo à iniciativa privada foi uma dessas estratégias de desenvolvimento econômico regional que foi baseada em incentivos fiscais e a redução de taxas tributárias, o foco desses investimentos foram na criação de gado, indústrias e projetos de mineração.

Adentrando aos Megaprogramas e projetos dos anos 1980, temos como exemplo a implantação do projeto de mineração de ferro do Programa “Grande Carajás – PGC<sup>11</sup>. Para Kohlhepp, dessa relação surgiu a chamada síndrome “periferia da periferia”, visto que esse programa desconsiderava os interesses regionais e locais com a falta da participação desses nas decisões econômicas e somente importava sua integração no mercado mundial. As consequências disso trouxe diversos conflitos de interesses, invasão dos limites de áreas indígenas, disputa por terras entre grupos sociais, degradação ecológica e social (KOHLHEPP, 2002, p. 42).

De um lado, os objetivos do governo para os anos seguintes se concentraram na melhoria da infraestrutura, no fomento ao crescimento econômico regional e no fortalecimento da integração do mercado. Por outro lado, devido PPG7<sup>12</sup>, há um compromisso de realizar o desenvolvimento sustentável e proteção do espaço vital da população local e regional, bem como do ambiente, como da política regional (KOHLHEPP, 2002, p. 48).

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://equipconsultoria.com.br/alcoa-historia-e-mapa-de-riscos/>

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.alcoa.com/brasil/pt/about>

<sup>11</sup> Esse projeto cobriu quase 900 mil km<sup>2</sup> ao leste da Amazônia, nos estados do Pará e Maranhão, com projetos de infraestrutura, mineração e indústria (KOHLHEPP, 2002).

<sup>12</sup> Com a preocupação internacional da destruição das florestas tropicais, foi criado na reunião dos países do G-7 em Houston, em 1990, o Programa Conservação das florestas Tropicais Brasileiras – PPG-7 (KOHLHEPP, 2002).

<sup>13</sup> Programa de Integração Nacional.



Foi com o programa de desenvolvimento *Megaprograma Avança Brasil* atuante entre 2000 a 2003 com perspectiva de planejamento até 2007 que a empresa Alcoa se implantou em Juruti, no Pará, em 2006. Programa este que foi planejado pelo Ministério de Planejamento para a Amazônia baseado na chamada “sustentabilidade”, “com eixos nacionais de integração e desenvolvimento e progresso regional através do crescimento econômico” que lembra, segundo Kohlhepp, a visão do governo militar de valorização da periferia amazônica nos anos 70 por meio do PIN<sup>13</sup> (2002, p. 50). Uma visão conservadora de que a Amazônia possui espaços “vazios” que precisam ser explorados, progredir e desenvolver.

Figura 1. Jornal do Commercio, Amazonas. Edição 39748, ano 2007.



**Alcoa integra índice das cem melhores em prática empresarial sustentável:** A Alcoa acaba de ser nomeada uma das empresas mais sustentáveis do mundo. É a terceira vez consecutiva que a companhia consta na lista anual da Global 100, divulgada durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça. A ALCOA foi reconhecida como um dos maiores exemplos de práticas empresariais sustentáveis pelo desempenho e atuação estratégica na forma de tratar as questões sociais, ambientais e de seus negócios (Jornal do Commercio – AM, 30, jan. 2007, p. 11)

Neste momento, um dos papéis da imprensa era hegemonizar o discurso de um capitalismo sustentável e humanitário. Depois do mundo olhar para Amazônia, o correto passou a ser: explorar, mas ao mesmo tempo “preservar”. Essa notícia do ano de 2007, no Jornal do Commercio – AM, traz a ALCOA, uma empresa norte-americana, como uma das mais sustentáveis no mundo, ocultando que as empresas originárias dos países do Norte têm práticas poluidoras (LIMA; SCHERER; RIBEIRO, 2015, p. 168) neste sentido percebemos que essas empresas vão se adaptando às pautas e as exigências do mundo moderno. Tais narrativas são uma versão hegemônica, que marginalizam, inviabilizam e silenciam as narrativas de povos indígenas e das comunidades tradicionais que historicamente foram afetadas por

transformações significativas em seus modos de vida e territórios por grandes projetos de desenvolvimento (DANTAS; LOBATO, 2021, p. 307).

Contudo, o discurso de desenvolvimento sustentável estava aflorando mais intensamente, mas ao mesmo tempo ainda existiam as contradições e incertezas sobre os rumos dos direitos das populações tradicionais e etnias indígenas que coexistiam na Amazônia. Os conflitos aumentariam devido aos interesses privados fortalecidos pelos objetivos do governo de desenvolvimento econômico e regional.

## **II. A IMPLANTAÇÃO DA MINERADORA ALCOA NA PERSPETIVA DA IMPRENSA**

Os periódicos como fonte já causaram diversas discussões no âmbito acadêmico da História, alguns alertavam para o seu uso instrumental como um mero receptáculo de informações a serem extraídas e depois usadas ao bel prazer das confirmações do pesquisador, como por exemplo, para confirmar suas próprias hipóteses, já outros diziam que a imprensa era subordinada às classes dominantes, isto é, uma caixa de transmissão de valores, interesses e discursos ideológico hegemônicos (LUCA, 2008, p. 116).

Contudo, estamos sujeitas as armadilhas e o mal-uso das nossas fontes, e hoje não devemos usar periódicos para confirmar hipóteses, mas sim analisar todo o contexto que ela foi escrita e divulgada sempre questionando e problematizando afirmações e reprodução de algum acontecimento. A historiadora Tânia de Luca traz diversos autores que trabalham com periódicos, como Jean Glénisson, que fala da dificuldade de compreendemos as influências ocultas por trás de um órgão de informação:

Ele endossou as palavras do historiador Pierre Renouvin, que insistia na importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuavam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam à imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua História (LUCA, 2008, p. 116).

De Luca aponta para a importância de fazermos o levantamento da conjuntura em que foi escrito o periódico seja seu contexto, a qual necessidade está atendendo, urbana, letrada ou do mercado capitalista? Quais suas influências políticas e econômicas? Assim nos perguntamos nessa pesquisa: Quem fala através do *Jornal do Commercio*? Uma vez que “uma empresa de comunicação privada pode interessar aos empresários devido ao poder político e social que ela

traz consigo”. Para compreendermos de modo geral, Rosário de Barros (2009) analisa a trajetória do *Sistema Jornal do Commercio de Comunicação* bem como as relações políticas e a racionalização das indústrias culturais.

Desde o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro ao *Jornal do Commercio* do Amazonas, em ambos foram encontradas reportagens referentes aos investimentos, empregos, impactos positivos na balança comercial nacional que a empresa ALCOA proporcionaria para o país e para região. Seria essa reprodução de interesses particulares? Não só isso, como também “interesses públicos”, visando o planejamento do Estado com a criação de programas desenvolvimentistas que já vimos anteriormente enquadravam o município de Juruti.

O *Jornal do Commercio* também se configura na lógica das indústrias culturais, ou seja, é uma organização industrial e comercial que produz bens simbólicos, seja por meio de informação ou entretenimento como sua atividade final (BARROS, 2009, p. 108). Informações dispostas da pré-implantação da ALCOA foram relacionados aos lucros e investimentos da empresa na região amazônica.

As atividades da empresa iniciam-se em 2006 sob o governo Lula, mas sua implantação começou bem antes ainda no governo FHC no âmbito do programa “Avança Brasil”. As empresas já sabiam que Juruti possuía uma das maiores reservas de bauxita do mundo desde a ditadura civil-militar. O governo federal traçou o perfil de regiões que tinham “vocação econômica” e que “fazem parte de uma visão geoestratégica de longo prazo de desenvolvimento regional” (KOHLHEPP, 2002, p. 49) e, assim, Juruti foi escolhida:

O projeto de explora o da bauxita em Juruti teve origem em 2000, quando o grupo Alcoa adquiriu a Reynolds Metals<sup>13</sup>, que já vinha fazendo estudos em Juruti desde a década de 1980. Em 2001, a própria Alcoa deu in cio à fase de pesquisa mineral nos platôs Caapiranga, Guaran  e Mauari (ALCOA, 2004). As estimativas são de que Juruti tenha reservas de cerca de 700 milhões de toneladas métricas de bauxita de alta qualidade, uma das maiores do mundo (VERDE; ALAMINO, FERNANDES, 2014, p. 49).

Em suas pesquisas Verde, Alamino e Fernandes (2014) colocam que Juruti estava sendo inspecionada por interesses no recurso do minério de bauxita desde 1980 pela empresa *Reynolds Metals*. Procurando por arquivos que contenham os registros da sua atividade, encontramos no *Jornal do Commercio – RJ*, em 30 de outubro de 1980 que a transnacional

---

<sup>13</sup> A Reynolds Group Holdings   uma empresa de embalagens sediada na Nova Zelândia com raízes na antiga Reynolds Metals Company que era a segunda maior empresa de alumínio dos Estados Unidos e a terceira maior do mundo. A Reynolds Metals foi adquirida pela Alcoa em junho de 2000. Disponível em: [https://stringfixer.com/pt/Reynolds\\_Metals\\_Company](https://stringfixer.com/pt/Reynolds_Metals_Company)

Reynolds Metals Company havia investido em pesquisa mais de US\$ 200 milhões nas jazidas de bauxita em Juruti, no Pará nos anos de 1980:



Figura 2. *Jornal do Commercio* – Rio de Janeiro, edição 00026, ano 1980.

**Reynolds extrai na Amazônia:** A transnacional Reynolds Metals Company planeja extrair da Amazônia um milhão de toneladas de bauxita, graças a um investimento de US\$ 180 milhões a US\$ 200 milhões até 1985, disse ontem o gerente da Reynolds Alumínio do Brasil, Carlos Eduardo Lins e Silva. Somente no início de 1990, a Reynolds Metals - sediada nos Estados Unidos e a terceira empresa do mundo em seu gênero – poderá estar explorando alumínio no Brasil [...] nos próximos 18 meses a Reynolds pretende investir igual quantia para o bloqueio de jazidas, em Juruti-PA (*Jornal do Commercio* – RJ, 30 out. 1980, p.1)

Já gastou US\$ três milhões nas pesquisas na Amazônia, localizando reservas inferidas de 50 milhões de toneladas, e vai investir igual o volume de dólares nos próximos 18 meses para bloquear as jazidas, em Juruti-PA [...] Toda produção será exportada para transformadores de alumínio do próprio grupo e outros países do mundo (*Jornal do Commercio* – RJ, 30 de out. 1980, p. 4)

Ambas as empresas nesse período, Reynolds e ALCOA, competiam no mercado com a produção de alumínio “a *Reynolds Metals Company*, terceira maior produtora de alumínio em todo mundo, superada, apenas, pela ALCOA” (*Jornal do Commercio* – RJ, 11 fev. 1982, p.1). Devido ao poder econômico e comercial superior da ALCOA, mais tarde, no ano de 2000, ela compra a Reynolds e todos os estudos que já havia feito na região de Juruti. Nessa relação toda de compra e venda, Juruti se configura apenas como “periferia da periferia”, onde sua única importância é ser uma reserva de matéria prima a ser extraída para o mercado externo.

Com as notícias que veremos do decorrer do artigo dos investimentos bilionários da empresa ALCOA no país, é importante compreendermos a verdadeira problemática.

Constantemente, quem sofre com o processo de “desenvolvimento regional” e a “integração internacional” da região são as populações tradicionais que vivem na Floresta como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Esses grupos que vivem do extrativismo, pesca e caça de subsistência são historicamente invisibilizados pelo poder e interesses hegemônicos.

Contudo, precisamos entender como a “hegemonia” era instituída na imprensa. Jesús Martin-Barbero (1997), nos diz que:

O conceito de hegemonia elaborado por Gramsci possibilita pensar o processo de dominação social já não como imposição a partir de um exterior e sem sujeitos, mas como um processo no qual uma classe hegemônica, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas. E "na medida" significa aqui que não há hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num "processo vivido", feito não só de força, mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade (MARTINBARBERO, 1997, p. 104)

Ambos os lados, possuem o que Martin-Barbero chama de “capacidade de ação”. A classe dominante usa a imprensa para impor sua hegemonia quando apresenta seus interesses como se fossem interesses de todos (indústria e população local). Vivemos em uma sociedade capitalista, um sistema que transforma o bem público, isto é, o bem comum “não-excludente”, em mercadoria. A informação torna-se um objeto associado ao pensamento econômico pois podem ser gerenciadas por grandes empresas e instituições em função de interesses particulares (BARROS, 2009).

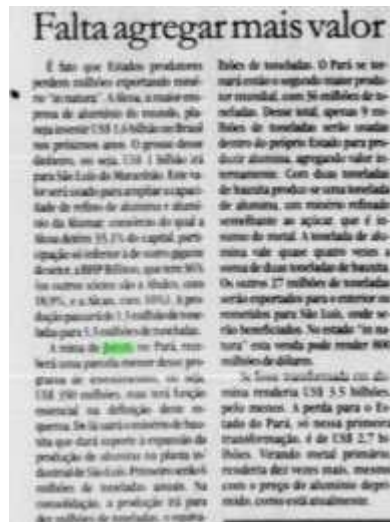
Vejam a notícia a seguir da figura 3: nos dias 24 e 25 do mês de outubro, em 2005, no *Jornal do Commercio – Rio de Janeiro*, seção “empresa”. A foto (figura 3) mostra a audiência no Palácio do Planalto que ocorreu no dia 23, entre Alain Belda presidente mundial/executivo-chefe (CEO) da ALCOA e Luiz Inácio Lula da Silva à época presidente do Brasil. A partir deste dia, foi anunciado a ampliação das ações da empresa em São Luiz (MA), Poços de Caldas (MG), e no Município de Juruti (PA).

A reportagem notícia que em Juruti, a produção lucrativa por ano mais de 2,6 milhões com a exploração de Bauxita, como também, em todos os três estados, gerariam 6,5 mil empregos e com impacto de 400 Milhões por ano na balança comercial nacional (Jornal do Commercio-RJ, 24-25 out. 2005, p. 26).

Figura 3. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro. Edição 00295, ano 2005.



Figura 4. *Jornal do Commercio*, Amazonas. Edição 39439, ano 2005.



A figura 4 traz a ocorrência do *Jornal do Commercio* – Amazonas, seção “economia”. No dia 28 de outubro de 2005, o jornal traz um discurso “sustentável” com o Prêmio Bahia ambiental “com intuito de valorizar e premiar melhores iniciativas e ideias que contribuem para melhorar a qualidade de vida, como foco em conservação ambiental”, o político do Amazonas Jorge Garcez, dá sua opinião dizendo esse prêmio “mostra que empresas de mineração, podem ser operadas de forma sustentável e dentro dos padrões exigidos pela legislação ambiental”. Ademais, o debate sobre exploração minerária, trazem como exemplo a ALCOA “a maior empresa de alumínio do mundo, que planeja investir US\$ 1,6 bilhão no Brasil nos próximos anos”.

Segundo Martín-Barbero (1997), o Estado, após a maturação do capitalismo, se converte em gestor da economia política. Para o governo foi de “interesse comum”, o desenvolvimento regional e econômico da Amazônia. Em Juruti, isso simbolizava o investimento de 350 milhões, segundo o *Jornal do Commercio* – AM, no ano de 2005, mesmo com o menor investimento dentre os demais:

A mina de Juruti, no Pará, receberá uma parcela menor do programa de investimentos, ou seja, US\$ 350 milhões, mas terá função essencial na definição deste esquema. De lá sairá minério de bauxita que dará suporte à expansão da produção de alumina na planta industrial de São Luiz [...] O Pará se tornará então o segundo maior produtor mundial, com 36 milhões de toneladas (*Jornal do Commercio* - AM, 28 out. 2005, p.5)

Podemos ver como se articula a Hegemonia através desses artigos de jornal, pois a implantação da empresa é apresentada como benefício social onde todos ganharão pois haverá

criação de empregos para a população local e superávit na balança comercial do governo. Como asseverou Martin-Barbero, é no processo vivido que a hegemonia faz incorporar os interesses de vários agentes e também de se apropriar de determinados debates, como exemplo, a atividade de mineração, que é uma das mais predatórias para a natureza, se apresentar como atividade sustentável que conciliaria com preservação e desenvolvimento econômico.

A floresta amazônica, por três décadas foi idealizada como “campo de experiências” através de “modelos de desenvolvimento”, sendo transformado em um espaço de ação de conflitos de interesses, se configurando como periferia da periferia (KOHLHEPP, 2002, p. 52). Desde a década de 70 foram implantados planos que visavam o desenvolvimento regional amazônico, e todos os modelos não incluem os povos tradicionais nas decisões sobre os planos de desenvolvimento a seres implantados (SECCO; ZUIN, 2019, p. 13-14). Em consequência, geram conflitos que ferem os direitos dos povos tradicionais, os números em dólares quantificados nas matérias só reafirmam que as questões que envolvendo os povos tradicionais não são postos e nem geram pauta.

Indígenas, ribeirinhos, pobres e vulneráveis são populações vítimas da forma colonizada e colonialista de se tratar a Amazônia. Pensada apenas como território a ser explorado economicamente, a existência dos povos que a habitam surge como empecilho ao desenvolvimento econômico. Esse modelo afronta os direitos humanos, ataca os direitos sociais e amplia o fosso das desigualdades: educação, saúde, moradia, infraestrutura urbana e outros direitos são atingidos sem que os governantes se deem conta dos prejuízos conferidos ao desenvolvimento humano (SECCO; ZUIN, 2019, p. 16)

Partindo das notícias, questionamos, desenvolvimento para quem? Quem enriquece com o que é extraído? Os jornais JC, tanto do Amazonas quanto do Rio de Janeiro, estavam até esse momento reproduzindo notícias de interesse capitalistas, como lucros e investimentos. Não houve a preocupação ou discussão a respeito das expectativas futuras das comunidades tradicionais residentes do entorno “Lago Grande de Juruti Velho”, seja os impactos em seus modos vida, práticas, subsistência e organização. Se a memória hegemônica não lembrava desses sujeitos e nem escutava suas vozes, onde poderíamos encontrá-los?

Pollack (1989) irá nos dizer que há longo silêncio sobre o passado, que longe de conduzir ao esquecimento, existe na resistência da sociedade civil diante de discursos oficiais. Nesta pesquisa, percebemos que a memória hegemônica estava sendo elaborada em jornais de circulação nacional e regional (Jornal do Comércio). A memória, por muito tempo, esteve ligada aos fenômenos de dominação tornando-se oficial, seletiva, silenciando memórias subterrâneas.

A memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, própria da pessoa. Mas também a memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLACK, 1992). A História Oral privilegia as vozes dos excluídos, dos marginalizados e das minorias (POLLAK, 1989).

Para representar essa memória subterrânea que é parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, traremos a narrativa de Cenira de Souza Camarão moradora da comunidade Prudente, possuía no dado momento da entrevista 63 anos de idade. Hoje ela está aposentada, conseguiu recentemente sua aposentadoria com 62 anos de idade. Antes trabalhava na roça, produzia e comercializava a farinha de mandioca, também criava e vendia galinhas em seu sítio. Mudou-se para o Prudente há mais de 30 anos quando se casou, antes residia na comunidade Maravilha com seus pais. Ela também é sócia e atuante da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho – ACORJUVE<sup>14</sup>. Ela, pertencente de uma comunidade tradicional traz em suas narrativas “práticas sociais tecidas no compartilhamento de experiências que engendram valores, modos de ver, sentir e fazer, como aceitação, negação, oposição e resistência” (MEDEIROS, 2017, p. 38).

**Cenira:** Pra ver que logo que ela (ALCOA) entrou ela deu trabalho até pra “piu-piu”, era mulher, era criança, pra homem era do tipo que quisesse.

**Maiara:** Trabalho de quê?

**Cenira:** Trabalhava em muita coisa lá eles davam trabalho lá. Pros homens era de roçar, era zeladoria e muita coisa... aí depois elas foram alimpando. Não deram mais trabalho, não deram mais trabalho. Foram jogando os homens, foram jogando as mulheres (Cenira De Souza Camarão, 63 Anos, Comunidade Prudente, 19/01/2020).

Os empregos gerados favoreceram a população jurutiense? Segundo o Jornal do Commercio, a empresa geraria mais de 6,5 mil empregos nas cidades de São Luiz, Maranhão e Juruti. Dona Cenira Guimarães, moradora da comunidade Prudente, Juruti Velho/PA, na entrevista em que realizamos, não só traz narrativas individuais, mas também coletivas, o que Pollack chama de acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Ela narra que a oportunidade de emprego ofertada para a população, de início, foi unicamente como mão-de-obra barata. Trabalhos pesados que exigiam a força física nas construções da sede da empresa. A

---

<sup>14</sup> “Na atualidade, esses grupos alcançaram no decorrer da história direitos sociais e na constituição de 1988, estabelecendo uma nova relação jurídica entre povos tradicionais e o Estado. Sendo que para o discurso das grandes empresas isso se constitui como obstáculo jurídico-formal” (SILVA, 2009, p. 3-4).



problemática maior é que os jurutiense não tinham formação escolar e técnica para as vagas mais qualificadas na empresa.

A princípio, com a instalação da ALCOA de 2005 para 2006, muitos agricultores das comunidades de Juruti Velho, abandonaram suas roças porque achavam que teriam oportunidade de emprego, já outros negociaram suas terras com a mineradora e se mudaram para o núcleo urbano de Juruti. No período entre 2007 e 2008 esses mesmos agricultores perceberam que não haveria lugar para eles na mineradora. E como Dona Cenira já havia dito, somente alguns destes foram empregados pelas empreiteiras, ou seja, as terceirizadas, para desenvolverem trabalhos de baixa qualificação somente até a instalação do projeto. Depois disso foram demitidos. Somente os havia plantado novas roças conseguiram manter suas terras e uma estrutura mínima de trabalho na zona rural (LOPES, 2012, p. 81-82).

Diante das “promessas de mudança e desenvolvimento”, a mídia foi responsável pela difusão de interesses econômicos do governo e da empresa, bem como no convencimento das pessoas como a população local, prefeitos, deputados etc. Na entrevista feita com dona Cenira, a partir de suas memórias e experiências, ela relata que os moradores das comunidades acreditavam que a implantação da empresa na região traria mudanças, trabalho para todos, educação e saúde, por isso, permitiram sua entrada. Mas com o passar dos anos se encontraram em uma realidade oposta às suas expectativas:

Antes quando começou era muito bom. Quando ela começou a entrar era muito bom. Lá na base onde é agora, tinha uma enfermagem, se triscava no dedo da gente, a gente corria lá e eles atendia. Se uma pessoa tava com ferimento a gente ia lá e era atendido. Quando minha filha adoeceu aqui eu fui muito atendida com eles, muito mesmo. Aí depois com um ano ou dois anos aí foi mudando, foi mudando a diferença. Tiraram o hospital aí da base e as coisas foi mudando, ficou diferente (Cenira De Souza Camarão, 63 Anos, Comunidade Prudente, 19/01/2020)<sup>15</sup>

A assistência médica oferecida pela empresa estava à disposição de toda comunidade, quem precisasse de cuidados emergenciais era bem atendido, o que facilitava a vida de moradores que não precisariam viajar mais de uma hora de barco ou outro transporte para solicitar socorro no Hospital Municipal, no núcleo urbano de Juruti. Quando foi retirado o hospital da base Caapiranga, dona Cenira diz que a relação entre empresa e a comunidade começou a mudar, pois era um atendimento que não só atendia os trabalhadores da mina, mas

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada no projeto de iniciação científica 2019-2020, com o uso da metodologia de História Oral.

também, comunidades ao redor. O que parecia ser uma simples ação da empresa, para as os moradores tradicionais era acesso à saúde para aqueles que careciam de recursos básicos.

Afastando-se os entulhos promocionais, as falácias da publicidade a manipulação dos noticiários de acordo com os interesses econômicos, nota-se que a Amazônia vem sendo quase sempre vítima, repetidamente abatida pelas simplificações, pela esterilização de suas lutas e neutralização das vozes regionais (SOUZA, 2002, p. 31)

Aqui Souza (2002) está se referindo ao processo de ‘modernização’ na Amazônia, que segundo ele “é uma região acostumada com a modernidade” sendo histórico que sua integração econômica era e ainda é feita em detrimento da história e tradições locais. Os tecnocratas (trazendo para nossa discussão, as empresas privadas) e o governo central são incapazes de aceitar as experiências locais no processo de interação econômica (SOUZA, 2002, p.33), silenciando as vozes de comunidades tradicionais, quilombolas, etnias indígenas entre outros.

A próxima imagem traz uma notícia de 2006, quando o Serviço Nacional da Indústria – SENAI chegou no município de Juruti, através do Barco Samaúma, com o objetivo de qualificar a mão-de-obra da população jurutiense, onde 528 pessoas foram certificadas. Os cursos ofertados foram, por exemplo, o de pedreiro e marceneiro, com carga horaria de 140 horas. Essa foi uma tentativa governamental de integrar a população na empresa recém-chegada.

Figura 5. Jornal do Commercio, Amazonas, edição 39590, ano 2006.



Depois do Amazonas, o barco Samaúma certifica 528 pessoas em Juruti visando a especializar mão-de-obra para a ALCOA: O Senai (Serviço Nacional da Indústria) e a Petrobras, por meio do barco escola Samaúma, certifica hoje 528 pessoas no município de Juruti, no oeste do Pará. O evento, que acontece às 20h, no Salão Dom Bosco, conta com as presenças do prefeito municipal de Juruti, Manoel Costa (PT), do diretor regional do Senai-AM, Aderey Itiú Maruoka, do presidente da Federação da Indústria do Amazonas, José Nasser, e do presidente da Federação das Indústrias do Pará, José Santos. A mineradora ALCOA está desenvolvendo a extração de bauxita,

matériapríma do alumínio, no Município de Juruti, e tem capacidade pelo menos para 50 anos de operação. “Os candidatos estão qualificados para os possíveis processos seletivos da multinacional, que também nos apoiou na concentração do evento”, explica o diretor regional do Senai-AM (Jornal do ComercioAM, 8 jun. 2006, p. 23).

O jornal noticiou a oferta de curso, mas o número de pessoas certificadas ainda é insignificante perto da maioria da população na área urbana, mas principalmente na área rural, que não conseguiram se empregar. Isso se deve a quê? A taxa de população local empregada na ALCOA aumentaria com cursos técnicos profissionalizantes? Isso se reflete nos diversos agricultores e agricultoras que foram desiludidos pelo sonho “do trabalho estável e carteira assinada”? Procurando explicações, a problemática que se insere neste contexto é sobre a educação no campo. A intenção não é encontrar uma resposta concreta, mas sim refletir sobre a questão:

Dentre os graves problemas ainda temos o descaso com a educação, destacadamente a educação do campo. O histórico descaso dos poderes públicos para com a educação do campo resultou num altíssimo nível de analfabetismo. O Brasil é o oitavo país com a maior população adulta de analfabetos no planeta; 38% dos analfabetos latino-americanos são brasileiros, cerca de 14 milhões de pessoas (SECCO; ZUIN, 2019, p. 17).

Muitos desses trabalhadores rurais não possuíam educação básica, sendo que uns tinham o grau de escolarização, fundamental ou médio, incompleta ou eram analfabetos, isso se reflete nos dados do Censo Agropecuário do IBGE/2006 “mais de 80% da população do campo é analfabeta ou não concluiu o ensino fundamental: 39% das pessoas são analfabetas e 43% têm ensino fundamental incompleto” (SOUZA, 2012, p.165).

O descaso com a educação no campo na Amazônia vem de um processo histórico que Maria Miranda de Souza chama de Imperialismo norte-americano com relações semifeudais e semicoloniais difundido pelo capitalismo burocrático brasileiro, em que compreende que o objetivo do Estado é reprimir conflitos causados pela luta de classes, para servir e defender os interesses da classe exploradora (2012, p.162). Resumindo o que Souza diz, quando capitalismo assume o papel de Estado, esse país passa ser semicolonial, em que o imperialismo domina as relações econômicas, políticas e culturais, neste caso, o Brasil continua dependente como se ainda fosse uma colônia, onde seus territórios são ocupados por potências estrangeiras e se torna submisso a elas. Essa relação de dependência geram uma condição semicolonial que domina e controla instituições, como a da própria educação.

Assim sendo, a educação do campesinato apresentara uma influência direta do imperialismo norte-americano. A educação no campo até 1980 eram com sistema de escolas multisseriadas de 1ª a 4ª séries. Então os níveis subsequentes como de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio eram ínfimos no campo “com as novas orientações dos organismos internacionais e suas estratégias de desocupação do campo, paulatinamente as salas multisseriadas foram sendo substituídas por escolas concentradas” que ficavam na cidade, e se não havia oferta de escolarização no campo, muitas pessoas desistiam de estudar. As consequências dessa negação da educação no campo, perduram até os dias de hoje, com alto nível de analfabetismo, baixo rendimento dos alunos, precariedade das escolas e professores mal remunerados (SOUZA, 2012, p.165).

Contudo, a população do campo, como a de Juruti Velho, desenvolveu-se neste contexto de descaso com a educação da década de 1980 que está refletida nos anos 2006, quando a empresa começou suas atividades. Se não havia oportunidades de estudar e avançar até sua profissionalização, a não ser se deslocando para a cidade, a população tradicional mantinha-se excluída deste direito.

Por outro lado, é importante ressaltarmos sobre a organização das comunidades tradicionais que habitam o Lago Grande de Juruti Velho, das resistências destes sujeitos sociais diante do “progresso” imposto e defendido pelo capitalismo através da luta pelos royalties marcada pela resistência e união dos comunitários. Com uma organização tanto formal e judicial, quanto a própria ação coletiva, mas que foi rechaçada pela imprensa.

Figura 6. *Jornal do Commercio - RJ, edição 0087A, ano de 2009.*



Figura 7. *Jornal do Commercio -RJ, edição 0087A, ano 2009.*



A manifestação que aconteceu no ano de 2009, foi para reivindicar os Royalties<sup>16</sup> que por direito deviam ser pagos para as comunidades tradicionais do Projeto de Assentamento

<sup>16</sup> Royalties são uma quantia paga por alguém a um proprietário pelo **direito de uso**, exploração e comercialização de um bem. São exemplos de bens produtos, obras, marcas e terrenos. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/royalties>

Agroextrativista (PAE), em Juruti Velho, diante dos impactos socioambientais na região. Ele foi organizado pela Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE) e pelas Congregação das Irmãs Franciscanas de Maristela.

A criação da associação tinha como objetivo assegurar e reivindicar direitos. Assim sendo, as comunidades em que entrevistamos como o Prudente da Dona Cenira, estão inclusas e representadas por ela. Como Silva (2009) afirma, a partir do momento em que esses grupos se organizam politicamente, estabelecendo relação jurídica entre povos tradicionais e o Estado, tornaram-se obstáculo para o “progresso”, neste caso, um obstáculo para a ALCOA. Na manchete de fevereiro de 2009 do Jornal do Commercio – RJ, na figura seis, define-se como “invasão” a manifestação e, na figura sete, denomina-se de “invasores” os manifestantes que bloquearam o porto da ALCOA, acampando durante duas semanas consecutivas para apenas ter oportunidades de dialogar com as autoridades da empresa.

Segundo Martin-Barbero no período pré-industrial de meados do século XVIII a meados do XIX na Inglaterra e França toda a sociedade foi forçada a se adaptar às mudanças produzidas pela industrialização. Durante esse processo as classes populares foram agentes ativos de movimentos de resistência e protesto. Esses movimentos eram vistos pelas classes dominantes como "motins de subsistência", desordem e um aglomerado de gente desobediente “a história que reduz o protesto popular aos motins”. A reação dos subalternos diante da fome e da alta dos preços era uma convicção que “materializava costumes tradicionais, direitos e práticas legitimadas na cultura popular” (MARTIN-BARBERO, 1997, p.136).

A pesquisa de Martin-Barbero nos ajuda a pensar a problemática da presente pesquisa, pois as comunidades de Juruti Velho lutavam pelo direito mínimo de receber uma quantia de reparação dos impactos que estavam sofrendo. Esse dinheiro seria insignificante diante das mudanças em seus modos de vida, mas que certamente ajudaria a população que vive do extrativismo, roça, pescaria, com uma renda extra para ajudar na alimentação de suas famílias. Na visão do Estado, do capitalismo, da imprensa, os comunitários eram invasores que estavam barrando a entrada da mina. O que seria essa quantia repassada para 2000 famílias diante dos “50 milhões de toneladas” retirados de bauxita da região? O verdadeiro conflito não era a invasão/motim da multidão na frente do porto da ALCOA, mas sim “o verdadeiro conflito era entre os modos populares de vida e a lógica emergente do capital” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 138). Seja entre “motins ou invasões”, as comunidades de Juruti Velho em 2009, estavam sendo forçadas se adaptarem às mudanças do capitalismo para a região. Essa mudança atingiu seus direitos, costumes e práticas sociais.

### III. OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA ALCOA NA PERSPECTIVA DE ARQUIVOS DIGITAIS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu durante a XIV Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1975, devido as transformações na doutrina social da Igreja Católica, com intuito de renovar a Igreja para se colocar como porta voz de populações injustiçadas. De modo geral, essa renovação foi resultado de um processo histórico estrutural, em que a instituição se voltaria para problemas políticas-sociais e críticas ao poder (VILLALOBOS; ROSSATO, 2011 p. 20-21).

A conjuntura política brasileira em que a CPT foi criada, na década de 70, era da ditadura civil-militar iniciada em 1964. Um dos principais objetivos do governo militar era “integrar” a região Norte, promovendo uma política agrária que visava desenvolver a Amazônia Legal dentro da economia capitalista. O objetivo era “desenvolver” e ocupar espaços ditos “vazios” (como a Amazônia) e desconcentrar a população que vivia em áreas com tensões e possíveis conflitos sociais (como no sul e nordeste). Com reivindicações para que Igreja se posicionasse, foi criada a CPT, com foco no Norte e Centro-Oeste, com intuito de defender trabalhadores rurais contra os latifundiários (VILLALOBOS; ROSSATO, 2011 p. 23-24).

A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico [...]Os assim chamados posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT. Rapidamente, porém, sua ação se estendeu a todo o Brasil, pois os trabalhadores da terra, os camponeses em suas mais diversas categorias, onde quer que estivessem, enfrentavam sérios problemas<sup>17</sup> (CPT, 2010).

Desde sua fundação, a organização registra os conflitos que envolvem trabalhadores no campo e denuncia a violência que eles sofrem. Disso, surgiu o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC, que se encontra disponível no site da CPT, armazenado no Google Drive. A preocupação da CPT em conservar, organizar, conservar e disponibilizar esses documentos é de suma importância para a história da luta das populações no campo “o papel, suporte da maioria de muitos documentos do arquivo é um ser vivo. Prorroga-se a sua morte, por isso a digitalização e sistemas híbridos de acervos é de fundamental importância” (BITTENCOURT, 2014, p. 908).

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>

O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC foi criado de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos para o tratamento e organização de documentos, com o objetivo de organizar o registro da luta e história dos movimentos sociais no campo. Conforme as regras da arquivologia, esses arquivos se separam em Fundos. Entre eles estão documentos elaborados pela CPT, movimentos parceiros, jornais e revistas, tudo que possa conter registros das áreas em conflito (CPT, 2015)<sup>18</sup>.

A produção desses registros vem de encontro com que por muito tempo era uma marca da elite, a produção e conservação como patrimônio histórico de elementos da cultura erudita, que colocou no esquecimento a memória de grupos populares. Mas Bittencourt, traz o pensamento da historiadora Déa Fenelon, em que essa proteção com o patrimônio histórico deve se tornar uma prática cultural de múltiplos agentes, e ele complementa dizendo que no social, essa luta se concretiza entre diversos sujeitos históricos, resultando em diferentes formas de memória, encontrado, neste caso, nos documentos (BITTENCOURT, 2014, p. 910).

Na biblioteca virtual no site da CPT, está disponibilizado em “Tabelas com dados de ano a ano” arquivos que registram algum tipo de conflito. Partindo desse levantamento, esquematizamos uma tabela dos anos em que Juruti Velho aparece nos registrados:

*Quadro 1: Conflitos em Juruti Velho.*

<b>ANO</b>	<b>NOME DO CONFLITO</b>	<b>FAMÍLIAS</b>
2007	ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA JURUTI VELHO E SOCÓ/ALCOA	1998
2009	ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA JURUTI VELHO E SOCÓ/ALCOA	2000
2012	ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA JURUTI VELHO E SOCÓ/ALCOA	2000
2015	ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA JURUTI VELHO E SOCÓ/ALCOA	2000

*Fonte: Comissão Pastoral da Terra, acessado em: quarta-feira, 13 de janeiro de 2021.*

Os anos em que Juruti Velho foi registrado como área em conflito no Estado do Pará, foram em 2007, 2009, 2012 e 2015, como Conflito *Assentamento Agroextrativista Juruti Velho e Socó/ALCOA*. Esses dados estão postos de modo geral, não especifica os motivos e causas. Para entender quais foram esses conflitos, precisamos ir mais afundo em outros arquivos da CPT. No caderno de Conflitos no Campo no Brasil, de 2009, Juruti está registrado como “Juruti Assent. Agroextrativista Juruti Velho e Socó/Alcoa, data 28/01/2009, com 2000 Assentados,

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>

tipo de conflito uso e preservação, situação destruição e ou poluição”. Esse conflito é pelo uso da água, que segundo Luis Novoa Garzon (2009):

A ALCOA e sua alumina eletrointensiva, por exemplo, é beneficiária primeira da energia oriunda dos barramentos dos rios amazônicos, desde Tucuruí, energia esta que chega como subsídio indireto e reverso: bônus para indústria com baixa transferência de tecnologia e baixa geração de valor agregado e de empregos, e suja, suja de fato. A cosmética ambiental irá repetir “Juruti sustentável” muitas vezes enquanto abre-se uma nova cloaca da transnacional no “corredor” do Amazonas. A construção de seu mais novo terminal portuário inicia uma contagem regressiva dos assentamentos agroextrativistas de Juruti Velho e Socó, que, por definição, dependem da manutenção da vitalidade que resta nos baixios paraenses do rio Amazonas, seus igarapés, furos e lagos (GARZON, 2009, p. 85)

Seguindo para o CEDOC (PA, número 1805), há arquivos digitalizados de jornais, como da Radioagência Notícias do Planalto, em que o jornalista Juliano Domingues entrevista o promotor de Justiça Túlio Novaes, no dia 17 de novembro de 2007. Com a chamada “Em debate: Transnacional Alcoa muda vida das comunidades de Juruti Velho (PA)”:

Figura 1 - Radioagência Notícias do Planalto, 17, nov. 2007. Fonte: CEDOC.

**Radioagência NP: O que aconteceu quando a empresa chegou na região?**

**Túlio Novaes:** A empresa quando chegou na Região de Juruti, ela desestruturou completamente a vida social e econômica daquelas pessoas, os produtos e o custo de vida em modo geral aumentou estupidamente pois foi nivelado conforme o poder aquisitivo dessas pessoas que vieram de fora, um poder aquisitivo muito além do que é evidenciado para as pessoas tradicionais do local. Não é só isso, em Juruti Velho as construções dessas obras infra-estruturais da empresa causaram um impacto ambiental e social.

**Radioagência NP: Quais foram os impactos ambientais e sociais?**

**T.N:** Áreas imensas foram completamente devastadas com autorização formal do Estado. Nós temos notícias que madeiras foram enterradas em vez de serem doadas para os comunitários. A circulação desses comunitários em Juruti Velho, nos seus locais tradicionais de coleta foi prejudicada porque a empresa inviabilizava até mesmo essa circulação. A limpeza da floresta a derrubada da floresta deixou o solo nu e sujeito as intempéries climáticas. Então realmente a realidade dessas comunidades ficou prejudicada.

**Radioagência NP: Quais outros responsáveis por tudo isso além da empresa?**

**T.N:** O Estado também é responsável. O Estado tem que exercer seu poder fiscalizatório, seu poder de polícia. Essas liberações não podem ser concedidas à torto e à direita, elas devem ter um critério técnico rigorosíssimo para que elas ocorram, os critérios políticos devem ser os últimos detalhes a serem evidenciado. O critério deve ser técnico, as comunidades devem ser ouvidas antes das concessões dessas licenças.

A pauta da entrevista é sobre a ALCOA só considerar aspectos “geológicos e ecológicos” da sua atividade deixando de lado a avaliação dos impactos sociais e econômicos que agravam problemas nas comunidades de Juruti Velho. Túlio Novaes diz que grande a empresa, quando chegou na região, desestruturou a vida social e econômica das comunidades tradicionais. Os impactos que ele cita são: o custo de vida aumentou nivelado pelo poder aquisitivo das pessoas que vinham de fora, como também as construções de obras de infraestrutura causaram impacto ambiental e social. É importante lembrar dos trabalhadores rurais que foram usados como mão-de-obra barata nessas construções. Áreas desmatadas com



a autorização do Estado. A circulação em áreas que em ocorriam a prática do extrativismo e a caça foram inviabilizadas. E por último, a limpeza da floresta deixou o solo nu sofrendo com as intempéries climáticas. Todos esses impactos afetam direta e indiretamente o contexto de vida dessas comunidades (RADIOAGÊNCIA NOTÍCIAS DO PLANALTO, 17, nov. 2007).

Os efeitos desta espécie de ocupação e uso do território amazônico se fizeram sentir drasticamente no meio ambiente e no homem amazônida, que tinha uma atividade essencialmente extrativista dos produtos da floresta e dos rios, para fins de subsistência (BELO; ARAÚJO, 2012, p. 273)

Quando Novaes é questionado se ALCOA é a única responsável pelos impactos, ele responde que o próprio Estado, que devia exercer poder fiscalizatório, também tem responsabilidade. E mais uma vez, a questão da falta de participação nas escolhas políticas e econômicas foram levantadas, pois segundo o promotor, as comunidades não foram ouvidas antes das licenças serem concedidas pelo Estado. A audiência que ocorreu no Palácio do Planalto no dia 23 outubro de 2005 entre Alain Belda executivo-chefe da ALCOA e Luiz Inácio Lula da Silva presidente do Brasil na época é um grande exemplo que pode ser mencionado, onde estava os representantes das comunidades tradicionais na tomada de decisões?

Eventualmente, outro arquivo digitalizado na CEDOC (PA, número 1805), traz uma matéria do jornal O Globo, do dia 3 de julho de 2007, descrevendo a situação do município de Juruti com a chegada da ALCOA. Felipe Awi, descreve um conflito entre a ALCOA, o Ministério Público e a Prefeitura, “a companhia americana ALCOA, apesar dos empregos que já levou e que vai gerar, enfrenta resistência de uma parte da população, de procuradores e do atual prefeito<sup>19</sup>”.

Os impactos descritos na matéria são: a empresa trouxe milhares de funcionários, gente de fora atrás de emprego, e com eles problemas sociais em Juruti, como contaminação da água, invasão de assentamentos, danos sociais e ambientais. A seguir, percebe-se que ninguém assumiu qualquer responsabilidade, de um lado o poder público diz sempre que ALCOA não previu impactos nas demandas sociais, de outro a Alcoa diz que o poder público não se preparou para garantir o desenvolvimento da região. Tanto um quanto outro tentam transferir a culpa dos evidentes impactos:

Por isso há duas semanas, as duas entidades pediram à Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio ambiente (SECTAM) a suspensão das licenças da Omnia

---

<sup>19</sup> O prefeito que exercia o poder neste ano era Henrique Costa – PT (2004-2008), Henrique Costa – PT (2008-2012).

Minérios, Subsidiário da Alcoa no Brasil. A empresa, porém, diz que o poder público é que não se preparou e não tem conseguido garantir o desenvolvimento sustentado (O GLOBO, 03, jul. 2007).

Em hospital de Santarém, número de atendimento cresceu 56%, situada a 12 horas de barco de Santarém, subindo o Rio Amazonas. A cidade tinha até 2006, 37 mil habitantes, um hospital de 28 leitos, 17 carros, duas caminhonetes, 11 caminhões e dois micro-ônibus. Desde setembro, a população, segundo a prefeitura, inchou em cerca de 30%, e a frota beira agora 500 carros. No mesmo é único hospital, o número de exames mais que dobrou, ‘a Alcoa não previu que nossas demandas de serviços aumentariam [...] serviços estrangulados, hospitais e escolas superlotados, e a criminalidade aumentou’ – diz prefeito Henrique Costa (O GLOBO, 3, jul. 2007).

Os impactos da implantação de empresa atingiram tanto a vida no campo onde se concentrava sua sede de extração da bauxita, quanto na área urbana. Juruti, até 2006, tinha somente uma instituição hospitalar, a implantação da ALCOA ocasionou superlotação, com isso, a viagem de pessoas de Juruti para Santarém a procura de tratamentos ou outro tipo de serviço de saúde cresceu em 56%. A quantidade de pessoas que vieram de outros estados para trabalhar na ALCOA, e também, de pessoas de cidades e regiões vizinhas que foram para o município com expectativa de emprego causou crescimento demográfico.

Elivaldo Ribeiro em entrevista ao jornal *O Globo* contou que migrou de Oriximiná/PA para Juruti por causa da empresa, para conseguir moradia ocupou um terreno próximo ao alojamento da ALCOA, e ele completa dizendo que vieram pessoas desempregadas até do estado do Acre. Silva e Costa (2015, p. 809) colocam que “em 2000 a população era de 31.198 habitantes, já em 2014, com a Alcoa em pleno funcionamento essa população foi estimada em 52.755 habitantes”.

Sobre as escolas, no ano de 2007, com a intensificação de imigrantes, que traziam na maioria suas famílias, deu-se uma sobrecarga nos serviços de educação, “no número de matrículas, segundo a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, foi de quase 10% no número total de 2007, que eram de 16.813 matrículas para em 2008 um total de 18.356” (SILVA; COSTA, 2015, p. 809).

Figura 8. *Jornal Commercio - RJ, edição 00227, ano 2008.*

## PARÁ

### Mulheres fazem ronda contra prostituição infantil

DA AGÊNCIA ESTADO

Antes, acompanhadas da polícia, elas percorriam bares, prostíbulos e hotéis de Juruti (PA) para combater a exploração sexual de crianças. Com o tempo, o grupo de mulheres ligado à Pastoral da Criança e ao Conselho Tutelar percebeu que os policiais que as acom-

gestores públicos não se preocuparam com a questão da infância. Mas ela admite que a empresa demonstra interesse em debater a dificuldade com os moradores, mas falta política pública para combater a exploração sexual. "Até hoje, não tem nada concreto para permitir às adolescentes deixarem a rua".

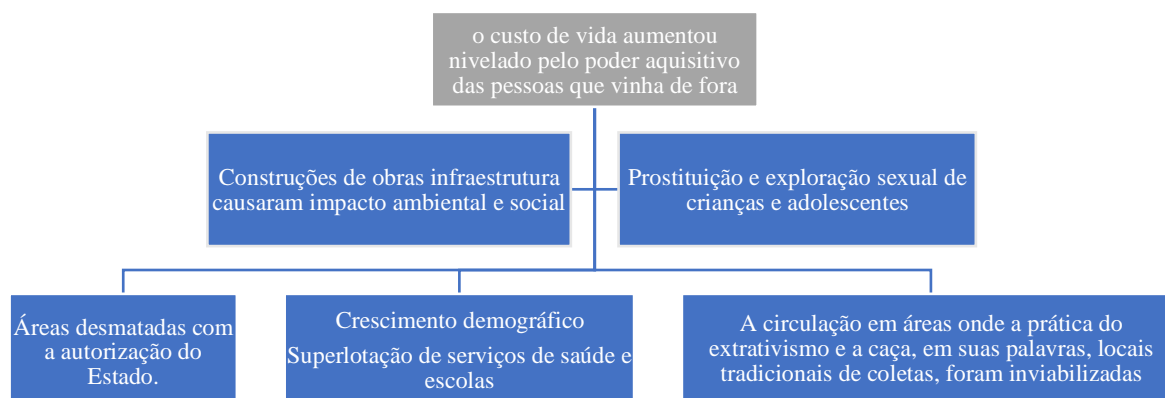
Rosineide Barbosa, professora aposentada, avalia que a cidade não estava preparada para o crescimento, com a chegada de investimentos na mina de bauxita, da ALCOA. "Não estávamos estruturados para esse projeto. Temos muitos adolescentes nas drogas e no alcoolismo". A servidora pública Varluce Augusta dos Santos, integrante da ronda, diz que a exploração sexual de crianças estava "incubada" – com a chegada da empresa, a questão tornou-se maior e visível. "A própria família jurutiense sofreu impacto. Quem era agricultor no interior veio para a cidade", afirma. "As empresas não dão trabalho para quem não tem instrução", afirma. "Na cidade, os pais analfabetos, tampam os olhos e deixam as coisas acontecerem". Augusta ainda cita casos de crianças agredidas. "Muitos homens vieram trabalhar na mina, com a família longe, se aproveitam das meninas. Os gestores públicos não se preocupam com a questão da infância" (O Jornal do Commercio- RJ, 8, jul. 2008, p 32)

Outro impacto social é do crescimento da prostituição infantil e de adolescentes, refletidas nesses dados "o crescimento da prostituição, apontada como causa do aumento de 27% de mães adolescentes e de 70% de doenças sexualmente transmissíveis entre 2005 e 2006" (O GLOBO, 3, jul. 2007). Esse problema acentuado com chegada de pessoas que vieram de várias partes do Brasil, só demonstra o despreparo do município diante da grande empresa. O Jornal do Commercio- RJ, também traz a notícia referente a esse impacto com a chamada "Mulheres fazem ronda contra prostituição infantil" em Juruti, em 08 de setembro de 2008, esse grupo de mulheres fazem parte da Pastoral da Criança e Conselho Tutelar, onde andavam por bares, prostíbulos e hotéis fiscalizando crianças e adolescentes que poderiam estar sendo submetidas a exploração sexual. Tanto Barbosa quanto Augusta falam sobre o descaso da empresa e do poder público com a infância e até mesmo dos pais.

A seguir criamos um fluxograma com todos os impactos, tanto socioambientais quanto socioeconômicos, identificados nos jornais nacionais *Radioagência Notícias do Planalto* e *O GLOBO*. O que esses jornais têm de diferente é que trouxeram uma perspectiva oposta a

hegemônica dos jornais JC. Debateram e questionaram quais mudanças a empresa trouxe para a população local.

Figura 9. Impactos socioambientais e socioeconômicos causados pela implantação da mineradora ALCOA em Juruti/PA.



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor através de dados obtidos dos jornais *Radioagência Notícias do Planalto*, 17, nov. 2007 e *O GLOBO*, 3, jul. 2007, (PAES, 2022).

Em suma, para Martín-Barbero, esse Estado que se constitui, ignora as especificidades e o modo de vida das populações tradicionais, mostrando progressivamente sua incompatibilidade e indiferença com o que o historiador chama de “sociedade polissegmentada” formada pelas culturas populares regionais, locais, isto é, uma sociedade organizada sobre um sistema composto de multiplicidade de grupos e subgrupos - classes, linhagens etc (MARTINBARBERO, 1997, p. 128). Belo e Araújo dizem que os Grandes Projetos na Amazônia causaram impactos de ordem socioambiental e que o Estado precisa repensar e analisar como interferem na dinâmica territorial e social da região, visto que é histórico as tentativas de sua ocupação e ‘integração’, desde a história colonial até a globalização econômica e informacional (2009, p. 272). Conectando com o pensamento de Souza (2012) quando capitalismo assume o papel de Estado, esse país passa ser semicolonial, o Brasil pode se dizer independente hoje, mas continua sendo dependente de potências como do imperialismo norte-americano, ou como chama Benchimol (2011), países do Norte, os boreais.

## CONCLUSÃO

Os usos de arquivos digitais como suporte de importantes fontes históricas podem trazer para uma pesquisa um leque de possibilidades de análises e abordagens. Tanto as plataformas da Hemeroteca Nacional Digital, como o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CEDOC foram essenciais para chegar aos nossos resultados, ambos possuem em seus acervos

a preocupação da preservação da memória através da digitalização de documentos e periódicos. E, em um contexto pandêmico, podemos fazer com segurança o ofício do historiador.

Através de arquivos digitais, encontramos diferentes narrativas sobre os grandes projetos implementados na Amazônia. Os periódicos *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e *Amazonas* foram as principais fontes para entender a implantação da mineradora ALCOA em Juruti, no Pará, na Amazônia Central, um dos maiores focos dos projetos de infraestrutura do *Avança Brasil*.

Na imprensa foi possível perceber que desde a década de 1980, empresas de mineração já estavam estudando as jazidas de bauxita na região, investindo milhões de dólares em pesquisa. Muito se evidenciava os bilionários investimentos da empresa norte-americana na economia do Brasil, das toneladas de bauxita que exportaria para os países que produziram o alumínio. Só em Juruti seria US\$ 350 milhões para a instalação e atividades, e geraria mais de 6 mil empregos para o Brasil e populações locais. A prática demonstrou-se diferente, pois os agricultores e agricultoras, devido ao descaso da educação no campo, não tinham escolarização e nem profissionalização para ser empregados na empresa. As populações do campo só tiveram oportunidade como mão-de-obra de baixa qualificação, ou seja, na construção da sede da empresa.

A mesma imprensa reproduziu o que a classe dominante da mineradora chamou de “invasão”, que foi a luta dessa mesma população pelo direito dos royalties. Diante dos impactos socioambientais, as comunidades tradicionais construíram sua conscientização e usaram suas identidades políticas para lutar e resistir pelo direito do uso da terra que foram de seus antepassados, terras cedidas pelo Estado para o capitalismo norte-americano.

Os impactos não atingiram somente o campo, mas também a área urbana. Muitos estão registrados nos arquivos digitais do CEDOC/CPT, esses tendem a ter uma visão mais crítica dos acontecimentos. Através dos *Jornais* *o Radioagência Notícias do Planalto* e *O Globo*, identificamos que um dos principais impactos foi o aumento demográfico causado pela migração de pessoas que vinham de outras cidades e estados para trabalhar na empresa. Esse crescimento demográfico casou superlotação em serviços de saúde, educação e aumento da criminalidade. O descaso com a infância e adolescência se evidencia, a prostituição e exploração sexual aumentou. Houve tentativas de transferência de responsabilidade tanto do poder público quanto da empresa, mas de certo as populações tanto do campo quanto da cidade sofreram com a falta de planejamento de ambos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos**, n 8, v. 3, p. 9-30, jan.-jun. 2011.

ARAÚJO, Marlon Aurélio Tapajós; BELO, Patrícia de Sales. Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 265-277, jul.-dez. 2009.

BARROS, Rosário de Pompéia Macedo de. **Das relações à racionalização das Indústrias culturais: a trajetória do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FRANCISCO, Júlio César Francisco Bittencourt. História, arquivo e memória. Uma reflexão sobre a pesquisa histórica e a prática arquivística na contemporaneidade. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p. 906-918.

DANTAS, Adailson Soares; LOBATO, Flavio Henrique Souza Uma história sobre a “natureza” das cidades na Amazônia: constituição, modernidade e processos contemporâneos. **Novos cadernos NAEA**, v. 24, n. 1, p. 307-317, jan.-abr. 2021.

FIGUEIREDO, Luciano R. História e informática: o uso do computador. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GARZON, Luis Fernando Novoa. Água Soberania empresarial versus soberania social. *In*: CPT. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. **Conflitos no campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de Interesses no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, 16 (45), p. 37-61, 2002.

LIMA, Soraya Oliveira; SCHERER, Elenise Faria; RIBEIRO, Odenei de Souza. Borealismo ecológico: a relação social, econômica e ambiental da Amazônia. **RELEM – Revista Eletrônica Mutações**, p. 162-171, jan.-jul. 2015.

LOPES, Luis Otávio do Canto. **Conflito e (re) organização territorial: mineradora Alcoa e Comunidades Ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, Município de Juruti – Pará – Amazônia – Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: História dos nós e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Puxirum de histórias: Lutas por terras e águas em Vila Amazônia – Parintins/AM (1980-2000)**. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

PAES, Maiara Andrade; MEDEIROS, Mônica Xavier de. A implantação da Empresa de Exploração de Bauxita Alcoa e os impactos socioambientais no contexto de vida das mulheres trabalhadoras rurais em Juruti Velho/PA. **Revista Eletrônica Discente do Curso de História**, UFAM, v. 5, ano 1, p. 311-323, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, vol. 6, nº 2, p. 2-13, 2010.

SECCO, Márcio; ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. Apresentação. Dossiê Direitos humanos e diversidades em povos tradicionais. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 7, n. 2, p. 13-18, jul./dez. 2019.

SILVA, Lindomar de Jesus de Sousa. **Natureza capitalista versus natureza orgânica: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo – Amazonas**. Tese (Doutorado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SILVA, Lindomar. **Organização e mobilização das comunidades contra grandes projetos na Amazônia: o caso de Juruti Velho**. s/d.

SILVA, Marciclei Bernardo da; COSTA, Reinaldo Corrêa. Exploração da bauxita e impactos no município de Juruti (PA). *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11, 2005. **Anais [...]**. Presidente Prudente, SP: ANPEGE, 2005, p. 802-813.

SOUZA, Márcio. Amazônia e modernidade. **Estudos Avançados**, 16 (45), p. 31-36, 2002.

SOUZA, Marilsa Miranda de. Capitalismo burocrático e educação do campo na Amazônia ocidental: semicolonialismo e semifeudalidade. **Revista EDUCAmazônia**, ano 5, vol. IX, n. 2, p. 161-176, jul.-dez. 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; SKALINSKI JÚNIOR, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 48, p. 255-268, dez. 2012.

VERDE, Rodrigo Braga da Rocha Villa; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; FERNANDES, Francisco Rego Chaves. REGIÃO NORTE Os desafios da extração mineral na Região Norte em prol do desenvolvimento socioeconômico. *In*: FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; ARAÚJO, Eliane Rocha (Eds.). **Recursos**

**minerais e comunidade:** impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra; ROSSATO, Geovanio. A Comissão Pastoral da Terra (CPT): notas da sua atuação no estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 14, n. 1, p. 19-32, 1996.